

JOÃO BOSCO RABELLO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 2 NOV 1995

O fator Sarney

Para o presidente Fernando Henrique, o ideal é que a tese da reeleição seja discutida já, enquanto não corre o risco de ser rotulada de oportunista. Ficando para mais tarde, inevitavelmente haverá essa conotação, acompanhada da tradicional suspeita de que o governo possa estar pagando benesses para obter sua aprovação. Agora, a três anos do fim do mandato, e apesar de toda a turbulência das reformas, o governo vai bem, avançando naquilo a que se propôs e conseguindo algum êxito na transmissão desses avanços para a opinião pública. Um quadro amplamente favorável, pois, para a disseminação da tese.

O Planalto trabalha para viabilizar a aprovação de uma emenda permitindo a reeleição, nem tão rápido que sugira voracidade, nem tão devagar que comprometa suas chances. Tem contra ela a proximidade das eleições municipais: aprovada já, a reeleição seria teoricamente estendida aos atuais prefeitos, pois excluí-los abriria espaço à acusação de casuismo. Mas, principalmente, a proposta esbarra no fator Sarney. O presidente do Congresso opera a favor das reformas de Fernando Henrique, mas com o propósito de beneficiar-se delas quando, pelos seus planos, retornar ao Palácio do Planalto.

Sarney quer ajudar Fernando Henrique politicamente, pela impossibilidade de driblar sua consciência, que lhe impõe o dever moral, como ex-presidente, de remover tudo aquilo que foi obstáculo ao seu governo, quando ocupante da cadeira presidencial. Mas o dever moral se esgota aí: reeleger Fernando Henrique não está em seus planos e nem faz parte de sua pauta de obrigações como homem público. Sabe o senador que o Fundo Social de Emergência é indispensável à estabilidade do governo e, esta, intrínseca à consolidação daquilo que FHC chama de "revolução silenciosa" — a adequação do País ao Primeiro Mundo e sua preparação para a virada do milênio.

Por isso, Sarney sugere um comportamento dúbio quando apóia publicamente as reformas mas não sincroniza discurso e ação. É contra o FSE por entendê-lo inconstitucional, mas admite-o por prazo de 18 meses, numa aparente contradição. Se é inconstitucional, não deveria ser admitido nem por um minuto. Mas Sarney também disse toda a vida que a Constituição de 88 tornou o País ingovernável, e, nem por isso, rasgou-a. Há um diagnóstico de um País doente e um programa, circunscrito aos limites constitucionais, teoricamente capaz de revertê-lo. Mas há também uma realidade difícil, que precisa ser considerada.

Assim, no raciocínio do presidente do Congresso, mesmo convicto de sua inconstitucionalidade, vale aprovar o FSE para

não comprometer a estabilidade de um governo que vem repondo o País nos trilhos; mas não por tanto tempo que represente um cheque em branco capaz de ir além da solução reclamada pelo Brasil e garantir antecipadamente a reeleição de FH. Afinal, a Constituição é uma ficção e, em algumas ocasiões, pode-se cruzar os braços durante o debate em torno de seus pontos polêmicos, para deixar prevalecer o mais conveniente aos interesses do País. É neste



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Senador opera a favor das reformas, mas com o propósito de beneficiar-se delas mais tarde

cenário que se encaixa o FSE, visto do posto de observação em que está Sarney.

Como presidente da República, condutor das reformas, Fernando Henrique pode ter em Sarney um aliado incondicional. Como candidato a novo mandato como presidente da República, o terá, com a mais absoluta certeza, como adversário renhido e difícil. FH já entendeu isso e dá-se por satisfeito, por enquanto, com o ano e meio de FSE. Em momento mais oportuno, voltará à carga para ampliar esse prazo e, aí, espera estar mais forte que hoje, partindo da premissa otimista de que terá registrado novos sucessos no seu programa de reformas. De qualquer forma, ambos jogam o xadrez político mais legítimo, dentro de um ambiente democrático e cordial.